

Patrimônio cultural: interfaces e temas emergentes

João Paulo Schwerz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: jpschwerz@gmail.com

Luísa Duran Rocca

Doutora em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: l.duranrocca@gmail.com

Vladimir Fernando Stello

Doutor em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: vladistello@gmail.com

Prezados leitores e prezadas leitoras,

Desde seu lançamento, Cadernos NAUI tem por objetivo “compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais” (NAUI, 2012). A partir de então, a publicação eletrônica tem avançado na discussão e na divulgação, desde uma ótica transdisciplinar, das distintas áreas que abordam o fenômeno urbano.

A partir de finais do século XX, os estudos sobre patrimônio cultural têm se diversificado, em vista da crescente ampliação do conceito, com novas perspectivas sobre o patrimônio material, seja ele entendido como elemento isolado, espaços urbanos ou territórios e paisagens, assim como as novas formas de disputas por memórias e identidades, onde desponta o protagonismo do patrimônio imaterial. Nesse contexto, os estudos sobre patrimônio cultural apresentam uma extensa gama de subtemas relacionados que abrangem diversas áreas do conhecimento e que incidem de forma relevante na preservação, assim como balizando políticas públicas afins.

Junto com tudo isto, as profundas transformações sociais, culturais e ambientais ocorridas no início deste século XXI colocaram também novas e significativas ameaças sobre tudo o que consideramos patrimônio, impactando tanto nos saberes tradicionais como na noção própria de preservação.

O presente dossiê se propõe a revisar a questão patrimonial em suas mais diversas interfaces – **temas emergentes relacionados ao patrimônio cultural** –, e busca contribuir com o debate da preservação a partir de estudos com abordagens que extrapolam os limites tradicionais do tema, ou ainda a partir de interpretações dissonantes que ajudam a redefinir o entendimento e a atuação em relação à preservação.

O dossiê que apresentamos elegeu 13 artigos que abordam temas diversos e mostram aos leitores múltiplas formas de documentar, interpretar e refletir sobre o patrimônio cultural a partir de diferentes entendimentos conceituais e simbólicos e de suas implicações práticas.

No artigo que abre o dossiê, Andrey Rosenthal Schlee [**Novas frentes do patrimônio brasileiro**] registra a relevância do IPHAN desde sua criação, na década de 1930, ressaltando uma perspectiva cronológica da ação institucional que relaciona as legislações de proteção existentes em cada momento com iniciativas de preservação que escapam ao conhecimento (senso) comum e que demonstram o pioneirismo inerente do órgão que baliza a preservação no País.

Já o artigo de Augusto Ribeiro da Costa [**O patrimônio vivo nas lições de Aurinda Prato**] parte dos avanços das políticas de valorização das formas de conhecimento e expressão e demonstra como esta reconhecida detentora de Itaparica (BA) abarca e articula diversos campos do saber (e do fazer) ao que o autor se refere como “arte da memória”, refletindo formas de socialização que contribuem não somente para a divulgação deste patrimônio, mas também funcionam como exercício de autêntica democracia.

Bruno Schwinn, Ricardo Socas Wiese e Jonathan Frare Giorgi [**O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura**] trabalham desde uma perspectiva universal e segundo um arcabouço acadêmico e, como o indica o título, apresentam uma revisão de literatura que aborda as relações de religiões de matriz africana com os territórios onde se manifestam, buscando compreender a presença e as apropriações dos terreiros na cidade por parte dos povos e suas analogias com o campo da arquitetura.

O artigo seguinte trata de um tema relativamente recorrente nos estudos de patrimônio – modernidade – a partir de uma ótica que muitas vezes escapa à historiografia tradicional, onde as autoras Renata Bogo e Karine Daufenbach [**Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC**] colocam luz sobre a significativa contribuição construtiva dos imigrantes de língua alemã e italiana que chegaram entre o final do século XIX e início do século XX, mas que tiveram sua atuação restringida e marginalizada a partir da década de 1930 por causa das políticas nacionalistas. O artigo utiliza o caso de Rio do Sul, um pequeno município do interior de Santa Catarina, para demonstrar a contribuição fundamental desta atuação construtiva para o desenvolvimento urbano das regiões de imigração e alentar seu justo lugar junto à historiografia da arquitetura moderna brasileira.

Eliane Baader de Lima [**O gesto do artífice em sua prática oficial**] também recorre às contribuições dos imigrantes e apresenta um texto que se vale das concepções de John Ruskin para analisar as expressões plásticas na composição de pinturas ornamentais nas construções dos imigrantes alemães. O texto se desenvolve a partir de uma perspectiva mais universal para celebrar o saber e a importância cotidiana deste tipo de ornamentação construtiva e atribui ao artífice o valor do fazer.

O texto seguinte, de Laércio Michael Braga de Oliveira, Alicia Castells e Vladimir Stello [**O Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro**] busca identificar e relacionar a presença de patrimônio imaterial junto ao Sítio

Arqueológico de São Miguel das Missões (RS), significativo remanescente da civilização jesuítica-guarani e reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO, essencialmente pelos seus atributos materiais. O artigo explora a *Tava*, conceito guarani que atribui referências memoriais ao sítio, considerado lugar sagrado para este povo, e utiliza uma revisão bibliográfica para evidenciar abordagens que podem contribuir para a valorização deste patrimônio.

O artigo de Fernando Souto Dias Neto [**Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano**] explora o que consideramos como paisagens culturais e propõe uma discussão sobre a forma de olhar e ler o patrimônio cultural, avaliando o cotidiano dos sujeitos e a presença de elementos que fazem parte do que chama de cultura do território, a partir do contexto brasileiro e sua diversidade.

Ana Claudia Adamante [**Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro**] nos apresenta um texto que propõe pensar as paisagens brasileiras a partir de uma análise baseada em programas de transformações cromáticas para centros históricos que carregam consigo uma série de alterações que vão além de uma casca estética, podendo impactar significativamente na gestão destas áreas enquanto espaços patrimoniais.

Outra reflexão sobre paisagens culturais parte do artigo de Amanda Vaillant Mantovani e Evandro Fiorin [**Patrimônio industrial e paisagem cultural: entre a teoria interdisciplinar e a prática fragmentada**], que analisa as relações daquelas com patrimônio industrial na teoria, conceituando os termos a partir de uma revisão sistemática de artigos que tratam destes temas no contexto brasileiro.

Gustavo Andre Glienke Feyh [**Desafio para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: a polêmica das Lojas Havan**] discute a preservação do patrimônio cultural em Blumenau/SC, com foco na controvérsia envolvendo as Lojas Havan, que encontrou resistência de entidades responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. O caso demonstra a tensão existente entre interesses econômicos e preservação do patrimônio, principalmente quando há uma visão tradicional que não consegue contemplar a sintonia que pode haver entre eles. Salienta “a necessidade da valorização democrática das diversas manifestações culturais”.

O artigo de Jacqueline Custódio [**O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural**] aborda as relações entre patrimônio cultural e direitos

humanos a partir da análise dos projetos de recuperação para uma reconhecida zona portuária no sul do Brasil. O estudo analisa o papel contemporâneo do Estado e os impactos de uma receita globalizada de gestão da cidade nas relações sociais e na construção do espaço urbano, apelando ao papel estratégico da preservação cultural para um desenvolvimento coerente.

O artigo subsequente também chega do extremo sul do País e proporciona um exemplo interessante de ressignificação do patrimônio cultural. O artigo de Luisa Durán Rocca, Ângelo Braghirolli e Eduardo Hahn [**Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável**] relata o processo histórico da constituição da propriedade por seu idealizador, o intelectual e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) como um modelo de desenvolvimento rural em pequena propriedade em contraposição ao latifúndio tradicional característico do extremo sul. Embasada nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, o texto argumenta, além do pioneirismo para sua época, a relevância na atualidade pela possibilidade de ser um modelo de desenvolvimento rural sustentável e ainda recurso didático e patrimonial.

Fechando este dossiê, um artigo originado na busca pelo entendimento de patrimônio no contexto digital, apresentado por Emily Maria Barros Carvalho, Euler Renato Westphal e Luana de Carvalho Silva Gusso [**Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual**]. O artigo demonstra as dinâmicas de transmissão e ressignificação da memória cultural e suas consequências na formação da identidade e do senso de pertencimento digital.

Assumindo as discussões contidas no presente dossiê, fica evidente a relevância do patrimônio cultural em todas suas escalas, temáticas e dimensões, como recurso para o desenvolvimento sustentável, para a educação, para o reconhecimento da diversidade, valorizando novos olhares sobre a dignidade e os direitos humanos na construção de uma sociedade mais equilibrada.